

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: *Acritica*
Data: 28/8/2001 Pg. 17
Class. 598

NO AMAZONAS

CPI das ONGs investiga apreensão de pedras

O PRESIDENTE DA COOPERÍNDIO, JORGE PEREIRA DOS SANTOS, E O DELEGADO DA PF, NIVALDO FARIAS, SERÃO OUVIDOS HOJE PELA CPI, EM BRASÍLIA

ANTÔNIO PAULO
SUCURSAL

BRASÍLIA – O presidente da Cooperativa de Produção dos Índios do Alto Rio Negro (Cooperíndio), Jorge Pereira dos Santos, e o delegado da Polícia Federal em Manaus, Nivaldo Farias de Almeida, depõem hoje, a partir das 18h30, na Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a atuação das organizações não-governamentais no Brasil. A CPI das ONGs convocou a direção da Cooperíndio por que, em abril deste ano, a entidade foi envolvida na apreensão, pela PF, de sete toneladas de ametista e 286 quilos de columbita-tantalita extraídas ilegalmente de jazidas existentes dentro da reserva indígena dos tucanos, no Município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus).

O carregamento, apreendido no porto de São Raimundo, estava sob responsabilidade do vice-presidente da Cooperíndio, o catariense Adir Nagel Júnior. Segundo a assessoria da PF, após a apreensão foi instaurado inquérito, ainda em andamento, e o delegado já indiciou alguns dos envolvidos e diretores da organização. Conforme o que foi apurado pela polícia, o presidente da ONG, Jorge Pereira dos Santos, ficava com 15% de tudo o que era arrecadado na venda dos minerais, negociação intermediada pela instituição. O quilograma da ametista e da columbita-tantalita era vendido ao preço de R\$ 0,70. Na época da apreensão, o Departamento Nacional de Pesquisa Mineral (DNPM) informou que o preço da ametista no mer-

cado era de US\$ 1 para cada dois gramas e a columbita-tantalita estava custando em torno de R\$ 500, o quilo.

A PF apurou também que os minérios eram extraídos pelos próprios índios. O produto da extração estava sendo vendido ao lapidário Arauto Nunes, de Governador Valadares e para a Companhia Industrial Fluminense, de São João Del Rey, ambos Municípios do Estado de Minas Gerais.

A jazida de onde as pedras foram extraídas está localizada na cabeceira do rio Ira, na calha do Rio Tiquiré. Os responsáveis pela extração não possuíam a devida autorização do DNPM, órgão responsável pela concessão de alvarás para a exploração mineral. O depoimento dos diretores da Cooperíndio foi marcado pelo presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), desde que houve a apreensão dos minérios em Manaus.

'VILÃS'

No primeiro depoimento dado à CPI, em maio deste ano, o escritor Lourenço Carrasco, coordenador do livro "Máfia Verde", acusou as organizações não-governamentais de impedirem investimentos hidrelétricos na Amazônia, que totalizariam 12 mil megawatts (MW). Carrasco afirmou aos senadores que esses investimentos não permitiriam que a crise energética, pela qual passa o Brasil, se instalasse.

O escritor disse que 85% dos recursos das ONGs em atividade no Brasil vêm do exterior, citando informações do ex-presidente do Ibama, Eduardo Martins. De acordo com Lourenço Carrasco, 51% do orçamento do Ministério do Meio Ambiente e Amazônia Legal também provêm de doações internacionais, totalizando R\$ 520 milhões. "Não é por acaso que a mesma quantia é destinada, no orçamento do ministério, ao pagamento de serviços de terceiros ou de pessoas jurídicas", garantiu o escritor mexicano.

Euzivaldo Queiroz - 9/abr/01



EXTRAÇÃO LEGAL A apreensão de ametista e tantalita foi feita no porto de São Raimundo, em abril

MIL COM CONVÊNIOS

Brasil tem mais de 5 mil organizações

Cerca de mil organizações não-governamentais mantêm convênios com ministérios e órgãos do Governo Federal, principalmente nas áreas de meio ambiente, indígena e assistência social. Este foi o resultado do primeiro levantamento realizado pela CPI das ONGs no Senado, que constatou ainda a existência de mais de 5 mil organizações nacionais e estrangeiras atuando em diversas regiões do Brasil. De acordo com o

presidente da CPI, Mozarildo Cavalcante, o mapeamento dessas relações das instituições com a esfera governamental está pronto, mas não pode ser divulgado para não atrapalhar as investigações. A relatora da CPI, senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), tem até 31 de dezembro para entregar o relatório final e que deverá ser votado até essa data. Também são membros do grupo os senadores amazonenses Bernardo Cabral (PFL) e Gilberto Mestrinho (PMDB). Instalada em 27 de abril deste ano, a comissão foi criada para apurar denúncias de biopirataria, venda ilegal de terras e exploração irregular de minérios na Amazônia, supostamente praticadas por

organizações não-governamentais e o envolvimento dessas instituições com o poder público. Mozarildo Cavalcante diz que o trabalho é realizar um diagnóstico aprofundado sobre essas instituições para descobrir como elas, principalmente as estrangeiras, são financiadas; como aplicam os recursos no Brasil; o que levam em troca para o exterior; e em que tipo de informação elas têm interesse. "Temos de separar o joio do trigo, pois sabemos que existem ONGs sérias atuando na área da saúde, educação, meio ambiente e questões indígenas, num trabalho transparente, e que merecem todo o nosso respeito", declara o presidente da CPI.